

2º ENCONTRO DE NOVOS PESQUISADORES EM HISTÓRIA

Caderno de Resumos



Salvador, de 12 a 15 de abril de 2010.



Programa de Pós-Graduação em História

fapesb



Fundação de Amparo
à Pesquisa do Estado da Bahia

Bahia
TERRA DE TODOS NÓS

Secretaria de Ciência,
Tecnologia e Inovação

2º ENCONTRO DE NOVOS PESQUISADORES EM HISTÓRIA (2.: 2010:
SALVADOR-BA)

CADERNO DE RESUMOS DO 2º ENCONTRO DE NOVOS PESQUISADORES
EM HISTÓRIA. SALVADOR, UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA, 2010.
51 P.

ISSN 2177-3572

I. HISTÓRIA I. UFBA II. TÍTULO

EXPEDIENTE

UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA

REITOR

Naomar Monteiro de Almeida Filho

VICE-REITOR

Francisco José Gomes Mesquita

FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS

DIRETOR

João Carlos Salles Pires da Silva

COORDENADOR DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

George Evergton Sales Souza

COORDENADORA DO COLEGIADO DO CURSO DE GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA - DIURNO

Cássia Maria Muniz Carleto

COORDENADORA DO COLEGIADO DO CURSO DE GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA - NOTURNO

Gabriela dos Reis Sampaio

CHEFE DO DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA

Dilton Araújo

CENTRO ACADÊMICO DE HISTÓRIA LUIZA MAHIN

Gestão Atitude & Resistência

COMISSÃO CIENTÍFICA

George Evergton Sales Souza

Lígia Bellini

COMISSÃO ORGANIZADORA

Camila Teixeira Amaral

Cândido Domingues de Souza

Ediana Ferreira Mendes

Jacira Primo

Larissa Freire

Mônica Celestino

Moreno Pacheco

Rebeca Vivas

REVISÃO E NORMALIZAÇÃO

Maria Edith Amorim Pacheco

PROJETO GRÁFICO

Juliana Moraes

APOIO

Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado da Bahia (FAPESB)

Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas

Programa de Pós-Graduação em História (UFBa)

APRESENTAÇÃO

O Encontro de Novos Pesquisadores em História, de iniciativa e organização discente, foi pensado e realizado pela primeira vez em 2009, com o objetivo de abrir espaço para a divulgação de pesquisas realizadas por estudantes da Graduação e da Pós-Graduação da Universidade Federal da Bahia (UFBA). Nesta segunda edição, o convite foi estendido a todos os programas de pós-graduação, universidades e faculdades do Estado da Bahia, mas o espírito do evento continua fundamentalmente o mesmo: contribuir para o desenvolvimento da pesquisa histórica, nas suas mais diversas vertentes (política, econômica, religiosa, social e cultural), através do registro e da difusão da produção acadêmica e, sobretudo, do estímulo ao intercâmbio de ideias por meio de debates.

Numa grata surpresa, nosso convite cruzou as divisas do estado e despertou a atenção de colegas de várias partes do País. Além do mais, cruzamos a fronteira disciplinar, e recebemos neste encontro pesquisadores e estudantes de diversas áreas que conduzem estudos afinados com inúmeras questões que também movem os historiadores.

*

Ancorando-se na experiência anterior, esta segunda edição do evento amplia o número de mesas temáticas, abre inscrição para minicursos e traz renomados historiadores para ministrar conferências. Assim, contamos com a presença da doutora Ângela de Castro Gomes, professora titular de História do Brasil da Universidade Federal Fluminense (UFF) e pesquisadora sênior do Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil da Fundação Getúlio Vargas (CPDOC). Intitulada “Nas gavetas da História do Brasil: Viriato Correa e o ensino de História nos anos 30”, sua conferência ilustra uma das atuais preocupações da nossa área: compreender, através de um personagem, um determinado período da história, um grupo social e as questões e problemas então postos em debate. Neste caso, o cenário é a primeira metade do século XX, e o personagem é um intelectual paradigmático utilizado para perceber a constituição de uma cultura histórica republicana no País.

No momento em que os historiadores se veem no contexto da regulamentação de seu ofício, o professor doutor Durval Muniz de Albuquerque ministra um painel temático sobre a profissão do historiador, seu cenário e suas perspectivas para o futuro. Além de interessado nas discussões sobre Teoria e Filosofia da história, o professor titular da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN) ocupa atualmente a presidência da Associação Nacional de História (ANPUH) e é, portanto, agente e testemunha privilegiada da mobilização dos historiadores em torno dessa questão.

A nossa conferência de encerramento fica a cargo do professor doutor Fábio Joly, professor adjunto de História Antiga e Medieval na Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB). “História comparada da escravidão: apontamentos para uma agenda de pesquisa da escravidão na Roma antiga e no Império do Brasil” é o título de sua conferência, que amplia o foco para a história das ideias e das práticas dos indivíduos que conviveram com o sistema escravista em diversos períodos históricos. Além do tema, chama-nos atenção o método utilizado, que busca traçar comparações e verificar mudanças nos ideais que nortearam estas sociedades.

Além das atividades descritas, contamos com minicursos e apresentação de comunicações individuais em mesas temáticas, que congregam estudantes de especialização, mestrado, doutorado e participantes de programas de iniciação científica em História em instituições de ensino e pesquisa.

É ao registro desses trabalhos que se propõe este caderno. Vamos, então, aos mais de 50 resumos distribuídos e organizados em 13 mesas temáticas.

Boa leitura!

ÍNDICE

Mesa 1: Novos estudos sobre povos indígenas na Bahia.....	07
Mesa 2: Cotidiano, experiência e conflitos no universo do trabalho.....	11
Mesa 3: Pensar e viver a abolição.....	14
Mesa 4: Cidade, cotidiano e modernidade: trajetórias contemporâneas.....	17
Mesa 5: Questões de fé: religião e religiosidade no Brasil.....	21
Mesa 6: Diálogos sobre a agricultura na Bahia oitocentista.....	25
Mesa 7: Entre o credo e a ciência: saúde e discurso moral na Bahia.....	28
Mesa 8: Poder e política colonial e imperial.....	31
Mesa 9: Imprensa, educação e política: capítulos da história da Bahia (1960-1970).....	34
Mesa 10: Vivências cotidianas, redes de sociabilidade e controle de escravos no Brasil...	37
Mesa 11: Poder e política no Brasil republicano.....	41
Mesa 12: Entre os fatos e a ficção: debates sobre literatura, cinema e história.....	44
Mesa 13: Reflexões sobre o antigo regime em terras luso-americanas.....	47

COMUNICAÇÕES ORAIS

MESA 01

NOVOS ESTUDOS SOBRE POVOS INDÍGENAS NA BAHIA

MEDIADORA: PROF.^a DR.^a MARIA HILDA BAQUEIRO PARAÍSO

DIÁSPORA INDÍGENA NO SERTÃO DAS JACOBINAS (1673-1706) Solon Natalicio Araújo dos Santos (PPGH/UFBA)

Este estudo pretende abordar as experiências e as relações sociais dos índios do sertão das Jacobinas, a partir do contexto de dispersão desses grupos após a Guerra dos Bárbaros. Durante a segunda metade do século XVII, o projeto colonial passou por um processo de interiorização, penetrando os sertões por meio da expansão da pecuária, das ações de missionários, das expedições em busca de metais, pedras preciosas e negros da terra. Entretanto, essa ocupação do território teve como obstáculo os povos indígenas genericamente denominados de “tapuias”. O resultado do choque entre o movimento colonizador do interior e os povos habitantes do sertão foi “uma série heterogênea de conflitos” que ficou conhecida como Guerra dos Bárbaros. Esse conjunto de conflitos consistiu em uma emaranhada rede de relações envolvendo diversos grupos indígenas, distintas ordens religiosas e diferentes interesses de poderosos sesmeiros, mercenários paulistas e autoridades coloniais. As possibilidades de dispersão dos “tapuias” eram as “fugas para o mato”, os aldeamentos missionários ou os administrados por particulares. A proposta desta pesquisa é analisar a inserção social e a atuação política dos índios do sertão das Jacobinas na sociedade colonial a partir da exploração de seu trabalho nas minas de ouro e salitre e na condução das boiadas, e também no combate a outros índios ou africanos e crioulos hostis.

Palavras-chave: Sertão das Jacobinas; aldeamentos; resistência adaptativa

BANDEIRANTISMO: RESISTÊNCIA E CONQUISTA DOS POVOS INDÍGENAS NA BAHIA ENTRE 1657 E 1726

Maria Fernanda Oliveira Marques (IBPEX)

Esta pesquisa visa estudar o processo de resistência e conquista dos povos indígenas da Capitania da Bahia a partir da análise de algumas entradas e bandeiras no período colonial de 1657 a 1726, mais especificamente numa área conhecida como Sertão da Travessia. O recorte temporal para este estudo tem como referência inicial o ano em que Francisco Barreto foi nomeado governador-geral do Brasil (1657), e para enfrentar os ataques indígenas no Recôncavo decretou guerra justa, enviando expedição que tinha Gaspar Rodrigues Adorno como capitão-mor. Outras entradas e bandeiras estão inseridas no período estudado, dentre elas a dos bandeirantes paulistas Estevão Ribeiro Bayão Parente e Braz Rodrigues de Arcão, que, no ano 1671, com outros homens adentraram o sertão baiano para guerrear com os índios, tendo feito muitos escravos e muitos mortos. Por meio da apreciação documental torna-se possível entender a dinâmica de conquista deste território pelos colonos que, na desculpa da busca do ouro e da povoação do território, aprisionavam, escravizavam e dizimavam indígenas. Este trabalho possibilitará uma releitura do bandeirantismo na Bahia e dará visibilidade às resistências dos povos indígenas.

Palavras-chave: Capitania da Bahia; bandeirantismo; resistência indígena.

IMPACTO DA LEI DE TERRAS DE 1850 SOBRE AS TERRAS INDÍGENAS NA BAHIA

Ruydemberg Trindade Jr. (UFBA - APB) e Antonietta d'Aguiar Nunes (Faced/UFBA - APB)

Esta pesquisa debruça-se sobre os efeitos da Lei nº 601 – a Lei de Terras promulgada no Brasil em 1850 e regulamentada em 1854 – nas comunidades indígenas do território da província da Bahia. Segundo tal lei, as terras devolutas deveriam ser identificadas e redistribuídas, inclusive, quando necessário, para a colonização indígena. O que se observou na prática foi uma avaliação das aldeias indígenas para ver o seu funcionamento efetivo, se estavam segundo as leis, e, em caso contrário, considerar as terras como devolutas. Este estudo constata uma política de retomada de terras indígenas promovida pelo Império do Brasil, enfocando as últimas décadas do século XIX. Para isso foi usada, além da pesquisa da própria Lei nº 601 e sua regulamentação de 1854, uma série documental sob custódia do Arquivo Público da Bahia chamada Avisos Recebidos do Ministério da Agricultura. São correspondências enviadas por esse órgão ao presidente da Província da Bahia entre os anos 1875 e 1889. Na série, são recorrentes os documentos referindo-se a disputas de terras envolvendo índios. Assim, esta pesquisa compara o que previa a legislação fundiária com a aplicação prática das leis, e o que se observou foi um total descompasso entre tais aspectos. Foram comuns as extinções de aldeamentos na Bahia durante o período.

Palavras-chave: lei de terras; terras indígenas; política indigenista

O COTIDIANO DAS VILAS DE ÍNDIOS NA COMARCA DE CARAVELAS NAS PRIMEIRAS DÉCADAS DO SÉCULO XIX

David Barbuda Ferreira (PPGH/UFBA)

Esta comunicação visa apresentar algumas reflexões sobre a presença das populações indígenas no sul da Bahia no início do século XIX, ressaltando os “índios coloniais” que habitavam as vilas litorâneas da Comarca de Caravelas. Nossa atenção estará voltada para quatro vilas importantes – a Vila de Caravelas, a do Prado (1764), a de Porto Alegre (1769) e a de Viçosa (1768) – que foram criadas a partir da ação da nova política indigenista de transformação de antigos aldeamentos jesuíticos e de incentivo à criação de novas vilas – transformações estas iniciadas com a implementação da legislação pombalina, conhecida como Diretório dos índios. Considerando de forma ampla toda a faixa interiorana da região sul da Bahia, que era coberta pela Mata Atlântica, e a faixa costeira adjacente, percebe-se uma insuficiência e imprecisão dos dados sobre as populações indígenas que ali habitavam, cujas indicações étnicas só se tornam perceptíveis ou mais nítidas a partir do século XVIII. Contudo, foi somente a partir do século XIX, com a conquista efetiva das matas interiores da região, que se pôde conhecer melhor a identidade dos diversos povos indígenas que ali viviam, principalmente a partir dos relatos de viagem publicados neste período. A análise desse conjunto documental possibilita conhecer de forma mais clara um pouco sobre as etnias desses grupos e o cotidiano dos índios habitantes dessas vilas.

Palavras-chave: Sul da Bahia; Cotidiano das Vilas ; Índios coloniais.

ALDEAMENTOS MISSIONÁRIOS E CATEQUESE INDÍGENA: NOVAS ABORDAGENS

Fabricao Lyrio Santos (PPGH/UFBA - UFRB)

Tradicionalmente, o estudo dos aldeamentos indígenas foi feito a partir da ótica civilizatória, embora o termo “civilização”, surgido no século XVIII, não apareça nos textos produzidos pelos próprios missionários sobre os aldeamentos e a catequese. Entre o fim do século XIX e o início do XX formou-se uma visão dominante, no Brasil, segundo a qual os aldeamentos foram espaços privilegiados da obra civilizadora empreendida pelos portugueses nos trópicos. Essa visão vem sendo questionada, há algumas décadas, por autores que enfocam a catequese e os aldeamentos sob diferentes pontos de vista. O objetivo deste trabalho é discutir essas novas abordagens sobre os aldeamentos missionários e a catequese indígena, indicando sua contribuição para a renovação dos estudos acerca desta temática. Partimos da identificação dos principais trabalhos publicados nas últimas décadas, agrupando-os em três grandes grupos: história religiosa, história cultural e etno-história indígena. Entendemos que

a crescente renovação destes três campos historiográficos nos permite repensar os aldeamentos e o papel desempenhado pelos missionários na colonização e na formação da sociedade luso-colonial.

Palavras-chave: jesuítas; aldeamentos; historiografia.

MESA 2

COTIDIANO, EXPERIÊNCIA E CONFLITOS NO UNIVERSO DO TRABALHO

MEDIADOR: PROF. DR. ANTONIO LUIGI NEGRO

NOS CAMINHOS DO CATIVEIRO, NA ESQUINA COM A LIBERDADE: TRABALHO, RESISTÊNCIA E TRAJETÓRIAS INDIVIDUAIS NA BAHIA SETECENTISTA

Daniele Santos de Souza (PPGH/UFBA)

No ano de 1705, a Cidade da Bahia assistiu ao preto forro Joseph Rodrigues entrar com uma ação no Tribunal da Relação contra o alferes Antônio da Rocha de Souza, seu patrono, exigindo que este “não [o] chamasse de seu cativo, por ser liberto; e lhe pagasse os serviços que lhe tinha feito”. Ações como a de Joseph Rodrigues apontam para os significados e os limites da liberdade presentes em meio à população liberta na Salvador dos setecentos. Esta comunicação visa apresentar de que forma ex-escravos inventavam e reafirmavam sua liberdade em uma sociedade colonial escravista. O objetivo é perceber a construção de laços familiares, redes de sociabilidade e estratégias de resistência tecidas no cotidiano de trabalho e/ou a partir de identidades étnicas. Para tanto, foram consultados inventários dos bens deixados por libertos no período referido, juntamente com a análise das cartas de alforria, alvarás e provisões do Tribunal da Relação. A análise desta documentação será desenvolvida a partir do diálogo com os africanistas e com autores que se debruçaram sobre o período colonial e o mundo Atlântico para entender as ações e trajetórias de escravos e libertos na Bahia setecentista.

Palavras-chave: escravidão; trabalho; resistência.

THEODORA E OUTROS CRIADOS DE UM FARMACÊUTICO BAIANO: RECIFE (1873-1874)

Maciel Henrique Carneiro da Silva (PPGH/UFBA)

Este texto é o resultado parcial de uma pesquisa que discute as experiências das trabalhadoras domésticas de Recife e de Salvador na segunda metade do século XIX. Segmento pouco referenciado nos estudos mais tradicionais da História do Trabalho, cujo eixo principal é a classe operária e suas lutas – com predomínio de homens –, as domésticas e suas experiências sociais podem iluminar campos ainda pouco explorados pelos historiadores e nos fazer repensar noções como classe e resistência no Brasil escravista, e inserir as mulheres não operárias nos problemas relativos à formação de classe e à cidadania. Entendo que as mulheres domésticas, como os demais trabalhadores, também tiveram de fazer-se como classe (e ainda estão se fazendo) a partir de experiências próprias de luta e trabalho. Dessa forma, interroguei a doméstica Theodora e os demais criados do farmacêutico baiano, Jozé Targino Gonçalves Fialho, buscando compreender os limites da resistência de trabalhadores situados no âmbito doméstico, sob a tutela e o controle senhoriais de um homem que poderíamos vagamente situar como pertencente ao estrato médio da sociedade pernambucana das décadas finais do século XIX.

Palavras-chave: domésticas; classe; resistência.

ENTRE NOTÍCIAS, CÓDIGOS E POSTURAS: AS RELAÇÕES DE TRABALHO EM ITABUNA-BA (1921-1930)

Adriana Silva Santos (UESC)

As primeiras décadas do regime republicano no Brasil foram marcadas por agitações urbanas e por grandes transformações nas relações de trabalho no País. Essas mudanças se refletiram de forma específica sobre Itabuna, cidade do interior da Bahia. Esta comunicação tem o objetivo de analisar as relações e condições de trabalho em Itabuna nas primeiras décadas da república e a presença feminina no trabalho doméstico e as opções de trabalho livre na referida cidade, considerando as estratégias elaboradas pelos trabalhadores para se inserir neste tipo de trabalho. Para tais análises, utilizarei como fonte as notícias do jornal “Diário de Itabuna” entre os anos de 1921 e 1930, processos-crime e trabalhistas e os códigos de posturas municipais deste período. Essa documentação permitirá empreender uma investigação qualitativa acerca das relações de trabalho em Itabuna.

Palavras-chave: relações de trabalho; trabalho livre; Itabuna

MEMÓRIAS E PRÁTICAS DAS TRABALHADORAS DO SEXO NO PROCESSO DE (RE)CONFIGURAÇÃO URBANA EM ITABUNA-BA (1940-1960)

Carolina dos Anjos Nunes Oliveira (PPGH/UFPE)

No cenário das transformações urbanas de Itabuna-BA, os comportamentos das profissionais do sexo foram frequentemente censurados por meio de discursos, veiculados tanto para instituir uma representação negativa sobre as trabalhadoras do sexo, como na tentativa de colonizar suas práticas. Essas falas não estão descoladas de concepções gerais que permeavam essa sociedade, em que os papéis atribuídos a homens e mulheres eram concebidos como produto natural das diferenças entre os sexos. Deste modo, as reformas urbanas não se restringiam à reordenação das ruas centrais, mas, segundo os segmentos hegemônicos, “urgia o saneamento moral” do centro urbano da cidade de Itabuna, ocupado pelas profissionais do sexo. As propostas dos vários discursos que convergiram para a modernização de Itabuna indicavam o reposicionamento das sexualidades “não oficiais”, que deveriam ser mantidas virtualmente escondidas. Para a análise proposta, recorre-se a relatos orais de memória e à leitura dos discursos sobre as prostitutas encontrados nos jornais do período.

Palavras chave: gênero; profissionais do sexo; reformas urbanas.

CONCEPÇÕES EM DISPUTA ACERCA DA TERRITORIALIDADE MARÍTIMA

Rafael Davis Portela (UFBA)

Esta apresentação é resultado de minha pesquisa sobre os trabalhadores do mar da Baía de Todos os Santos na segunda metade do século XIX. A documentação produzida pela Capitania do Porto da Bahia revela um significativo número de conflitos entre pescadores, senhores de engenho, funcionários da polícia do porto, etc., pela posse e controle de um determinado espaço marítimo. A recorrência destes casos e os argumentos de ambas as partes envolvidas nas contendas indicam que, neste período, não estava estabelecido um consenso mínimo sobre a possibilidade ou não de tornar o mar uma posse, e de como se caracterizaria esse tipo de posse. Sugiro que estavam em disputa duas concepções distintas (e, de certo modo, antagônicas) acerca da territorialidade marítima: uma delas era baseada nos costumes das comunidades seculares de pescadores e entendia que o mar era dividido em territórios pertencentes a determinada comunidade, e que somente ela tinha o direito de utilizá-lo; a outra concepção enxergava o mar pelos olhos da lei, que determinava que ele era livre e que nem indivíduos, nem comunidades podiam fazer dele propriedade. e que nem indivíduos, nem comunidades podiam fazer dele propriedade.

Palavras-chave: pescadores; conflitos; territorialidade marítima.

MESA 3

PENSAR E VIVER A ABOLIÇÃO

MEDIADORA: PROF.^a DR.^a WLAMYRA ALBUQUERQUE

EX-ESCRAVOS CIDADÃOS? – TRAJETÓRIAS DE POPULAÇÕES AFRO-BRASILEIRAS EM SERGIPE (1888-1910)

Camila Barreto Santos Avelino (Mestrado em História Regional e Local/UNEB)

Este trabalho se propõe a analisar as trajetórias de populações afro-brasileiras em Sergipe na tentativa de elucidar os significados e as experiências da liberdade para os homens e mulheres “de cor” egressos da escravidão. Debateremos o modo como os ex-escravos foram ingressos como cidadãos livres em Sergipe objetivando avaliar as posições que os ex-escravos ocuparam nesta sociedade. Este estudo baseia-se em fontes primárias, literaturas contemporâneas de diversos autores que dissertam sobre historiografia da escravidão em Sergipe e no diálogo entre teóricos que discorrem sobre estudos étnicos afro-brasileiros a fim de traçarmos um panorama das relações e/ou conflitos sociais em Sergipe entre as classes hegemônicas e os grupos subalternos compostos por homens e mulheres “de cor”. Daremos ênfase aos discursos e silêncios existentes na historiografia da escravidão sergipana na busca de tecer um quadro histórico e social desses “quase-cidadãos” pautado nas experiências sociais que permeiam o campo da liberdade e da igualdade que floresceram após a abolição da escravatura em Sergipe.

Palavras-chave: Sergipe; ex-escravos; trajetórias.

A VOZ ROUCA QUE NÃO CALA – ASPECTOS DA IMPRENSA NEGRA PAULISTA (1888-1930)

Ruan Levy Andrade Reis (UFS)

A proposta deste trabalho é analisar a chamada imprensa negra. Para tanto, foi consultada a coleção de jornais produzidos por (e para) negros, em São Paulo, compilada por Miriam Nicolau Ferrara. O tema da imprensa negra foi tratado, além da própria Ferrara, por outros autores, como Roger Bastide, George Reid Andrews, Petrônio Domingues e Micol Seigel.

Entretanto, a miríade desses jornais ainda não é muito conhecida nem muito utilizada como fonte de pesquisa histórica para o estudo das populações afro-diaspóricas no Brasil. Por esse motivo, este trabalho busca interpretar, segundo os referenciais teóricos do sociólogo britânico Paul Gilroy, alguns elementos intrínsecos a esse tipo de jornal, tendo como escopo reforçar a importância da utilização desse rico material, como fonte histórica para pesquisas em torno do tema. O que foi a imprensa negra? Quem estava à frente dessa empreitada? Como se caracteriza esse grupo? Quais foram as suas motivações? O que pregavam? Por que utilizar os jornais da imprensa negra paulista como fonte histórica para o estudo das populações afro-brasileiras no período pós-abolição (1888-1930)? São essas e outras questões correlatas que serão abordadas neste trabalho, que se insere numa pesquisa maior, ainda em andamento, que desenvolvo na Universidade Federal de Sergipe, na qualidade de bolsista de iniciação científica.

Palavras-chave: imprensa negra; populações afro-diaspóricas; pós-abolição.

O MUNDO DAS MENINAS E MULHERES NEGRAS EM FEIRA DE SANTANA (BA): SOLIDARIEDADE, TRABALHO E VIOLÊNCIA

Karine Teixeira Damasceno (Unicamp)

Considerando-se que as suas trajetórias se encontram entrelaçadas à história de Feira de Santana, pretendemos com este estudo descortinar o passado das mulheres negras no pós-abolição, mais especificamente entre 1890 e 1920. Assim, buscamos também reunir informações sobre outros sujeitos sociais que faziam parte desse ambiente, de modo que a emblemática presença das meninas negras na documentação revela aspectos fundamentais para que possamos compor seu universo. Portanto, nesta apresentação trataremos da experiência vivenciada em 1900 pela menina Honorata de Tal, com mais ou menos 6 anos de idade, parda, natural de Mundo Novo, residente em Feira de Santana, filha de Lecundo Pereira e Maria de Tal. Sua história nos ajuda a identificar laços de solidariedade, momentos de sociabilidade e conflitos no cotidiano da população negra da cidade; conhecer as trajetórias e estratégias de sobrevivência das mulheres negras; identificar os papéis sociais atribuídos a elas e/ou por elas desempenhados. Além disso, nos permite relacionar suas vidas à dinâmica da cidade.

Palavras-chave: trajetórias; estratégias; sobrevivência.

JOAQUIM NABUCO E PERDIGÃO MALHEIRO ENTRE DUAS ESCRAVIDÕES: BRASIL, SÉCULO XIX – ROMA

Rogério Barreto Santana (UFRB)

Este trabalho tem por objetivo compreender a presença da Antiguidade Clássica no pensamento abolicionista de Joaquim Nabuco e Perdígão Malheiro, dentro de seu contex-

to – segunda metade do século XIX –, quando o Brasil ainda era uma sociedade escravista, embora em processo de desagregação. Procuramos desenvolver o tema que se apresentava como uma das maiores inquietações dos autores: como tornar o escravo e o senhor cidadãos? As possíveis soluções iam desde a proposta de abolição da escravidão, como um primeiro passo, até uma série de reformas promovidas pelo Estado. A hipótese central é que o pensamento abolicionista de Malheiro e Nabuco não representou uma total ruptura com o discurso senhorial, visto que ambos compartilharam uma visão que tutelava o escravo como um ser incivilizado e sem “vontades”, ao mesmo tempo em que mostravam uma preocupação com a manutenção da ordem e do controle social. Nesse sentido, interessava a Nabuco e a Malheiro estabelecer uma comparação entre escravidão antiga e moderna, que enfatizasse mais a descontinuidade entre ambas, pois, em sua opinião, a escravidão findou no Império Romano, sem a intervenção do Estado, o que não poderia ocorrer no caso do Brasil.

Palavras-chave: Joaquim Nabuco; Perdígão Malheiro; abolição.

MESA 4

CIDADE, COTIDIANO E MODERNIDADE: TRAJETÓRIAS CONTEMPORÂNEAS

MEDIADOR: PROF. DR. RINALDO LEITE

OS ESPORTES EM SALVADOR NUM CONTEXTO DE MODERNIZAÇÃO DA CIDADE NAS PRIMEIRAS DÉCADAS DO SÉCULO XX

Rute Andrade Castro (Mestrado em Cultura, Memória e Desenvolvimento Regional/UNEB)

Objetivo deste artigo é inserir os esportes, principalmente o futebol, nas discussões acerca do processo de mudanças que se deu em Salvador no início do século XX, a saber, a urbanização e a modernização das quais a capital baiana foi palco. Tentam-se esboçar os motivos que levaram a um desenvolvimento significativo e à disseminação desta prática esportiva, inéditos, justo nesse período. Para tanto, a fonte utilizada foi Artes & Artistas, periódico baiano consumido pelas elites e dedicado às artes, ao cinema e à modernidade na década de 1920 que, a partir de seu segundo ano de existência, passou a ter sessões dedicadas aos esportes, numa demonstração de quanto estes surgiam como tendência nas sociedades ditas modernas. A escolha desta publicação para tal análise teve como critério o fato de, no período de sua publicação, os esportes ainda serem práticas predominantemente elitizadas, buscadas por quem desejava inserir-se nos novos tempos.

Palavras-chave: Artes & Artistas; esportes; modernidade.

VIVER A CIDADE, (RE)VELAR A VIDA: RELATOS DA CIDADE DE GARANHUNS (PE) NA DÉCADA DE 1950

José Eudes Alves Belo (PPGH/UFPE)

Relatos orais constituem itinerários de compreensão de cidades. Neste trabalho, o cenário é a cidade de Garanhuns, situada no agreste pernambucano. Conhecida por seu clima ameno, suas flores e suas águas, a cidade atrai pessoas encantadas por suas belezas. A cidade recebeu alguns títulos, como cidade das flores, cidade das sete colinas, Suíça pernambucana.

Este último surgiu nos anos 1950, época de grande euforia no Brasil e no mundo. O presente estudo busca violar essas concepções que pensam a cidade de forma harmônica e idealizada. A análise parte da ideia de espaço como lugar de práticas culturais que dão significados às várias faces da urbe. As práticas (re)velam condições sociais de como as pessoas experimentaram a cidade numa década de mudanças, transformações e permanências. Para compreender essas práticas, utilizo como fontes relatos orais, jornais da época, fotografias, cartas, cartões-postais. Do cruzamento dessas fontes emerge uma cidade multifacetada com narrativas dispares e vozes dissonantes. Personagens se cruzam e ajudam na compreensão de um tempo de transformações de práticas e valores culturais de que a cidade é palco.

Palavras-chave: cidade de Garanhuns; memórias; narrativa múltipla.

A GLOBALIZAÇÃO COMO FENÔMENO DE CONTINUIDADE E MUDANÇA: UM ESTUDO DE FEIRAS EM PORTUGAL E NO BRASIL (1985-2010)

Giovanna de Aquino Fonseca Araújo (PPGH/UFBA-UMINHO)

Objectivamos com o presente trabalho tratar da temática da globalização no universo das feiras livres nortistas portuguesas e nordestinas brasileiras. Para tanto, organizamos este estudo em três momentos. No primeiro, trataremos do aspecto da globalização a partir das suas teorias de análise, discutindo-as como um fenômeno contemporâneo, embora enraizado na antiguidade. No segundo momento, trataremos da globalização vista em Portugal e no Brasil como elementos constituídos e constituidores de uma época, notadamente pós-abertura política. Por fim, abordaremos tal fenômeno relacionando-o com as feiras livres investigadas, destacando os elementos de nosso trabalho, a saber: um estudo comparativo entre as feiras mencionadas, no que tange aos impactos gerados pela globalização, destacando as características de continuidade e de mudanças, tais como a iniciativa do Poder Privado e Público em garantir às feiras a possibilidade de salvaguarda como Patrimônio Imaterial; os projectos de requalificação dos espaços; a substituição das mercadorias ditas como “tradicional”, a exemplo do artesanato pelas mercadorias importadas, dentre outros aspectos. Embora essas transformações sejam visíveis, percebemos que as feiras ainda se constituem como um depósito de valores, expressões, tradições, transformações que ressignificam a todo instante a memória dos que a frequentam, bem como lugar de compra e venda de mercadorias, diante das relações mercantis, que entram em “embate” com as novas formas de consumo adquiridas nos equipamentos urbanos modernos, como supermercados, hipermercados, shopping centers, lojas de conveniência, delicatesses, etc. Adotamos em nossa pesquisa a metodologia etnográfica e da história oral.

Palavras-chave: globalização; feira; continuidade-mudanças.

O DIÁRIO DE ITABUNA: ENSAIO SOBRE IMPRENSA, CIDADE E ELITES EM ITABUNA (BA) NOS ANOS 1960

Danilo Ornelas Ribeiro (UESC)

Este trabalho esforça-se para refletir sobre imprensa, cidade e elites em Itabuna nos anos 1960, a partir de dois pontos de discussão interligados: um periódico e uma empresa de urbanização. Procura-se analisar as articulações engendradas por grupos citadinos advindos das elites no fomento da Companhia Urbanizadora de Itabuna (CURSITA), tendo em vista o papel do jornal Diário de Itabuna na formação de consensos e legitimação de práticas que possibilitaram reformas modernizadoras na cidade. A imprensa também é entendida aqui como objeto que auxilia numa reflexão acerca das práticas, discursivas e não discursivas, das elites. Entender o funcionamento deste jornal, suas redes de sociabilidades, suas contingências internas e externas, sua forma e conteúdo possibilita um lócus de observação, em microcosmo, das relações dialógicas e das interdependências sociais que engendraram o cotidiano dos grupos analisados. Além do Diário de Itabuna, utilizam-se como fonte textos memorialísticos, atas da Câmara Municipal de Vereadores, o Jornal Oficial do Município e depoimentos orais. Esses materiais podem ser encontrados no Arquivo Público Municipal de Itabuna ou no CEDOC/UESC.

Palavras-chave: imprensa; cidade; elites.

O CIVISMO POPULAR DOS FESTEJOS DE INDEPENDÊNCIA DE ITAPARICA, BAHIA

Fabio Peixoto Bastos Baldaia (PPGH/UFBA)

No presente trabalho será investigada a presença de elementos consubstanciados na figura do caboclo, que apontem para a convergência de três vetores na construção de uma representação do Brasil: a religiosidade, a mestiçagem e o civismo. Serão analisados os festejos da Independência do Brasil em Itaparica, de 1939 a 1993, que anualmente ocorreram nas ruas dessa localidade nos dias 6, 7, 8 e 9 de janeiro, e em particular a atuação do grupo Os Guaranis, que apresenta o auto Roubada da Rainha. A análise partirá de dados advindos de fontes orais primárias, dispositivo metodológico que não só preenche a escassez de fontes de outra natureza, mas, sobretudo, é uma possibilidade de construir a narrativa histórica com base nas memórias dos sujeitos. Os festejos são ritos que comemoram as comunidades imaginadas do Brasil e da Bahia, em que se cria e recria a identidade política, social e cultural do itaparicano como baianos e como brasileiros. O auto assimilou influências religiosas do ritual do Candomblé de Caboclo para se tornar uma dança dramática, na forma da Roubada da Rainha, e operar junto a um conjunto de formas expressivas que formularam um civismo singular,

carregado de referências ao processo de miscigenação da sociedade nacional.

Palavras-chave: Caboclo; Itaparica; civismo.

MESA 5

QUESTÕES DE FÉ: RELIGIÃO E RELIGIOSIDADE NO BRASIL

MEDIADORA: PROF.^a DR.^a EDILECE COUTO

“...É SEMPRE A LUTA DOS DOIS GRANDES PRINCÍPIOS QUE ETERNAMENTE SE AGITARÃO: O PRINCÍPIO DESPÓTICO SOB UM CETRO OU UM TRONO, E O PRINCÍPIO DO PROGRESSO E LIBERDADE” - DEBATES DO PERIÓDICO *IMPRESA EVANGÉLICA* POR OCASIÃO DO CONCÍLIO VATICANO I

Mariana Ellen Santos Seixas (PPGH/UFBA)

A utilização da imprensa sempre esteve entre os principais instrumentos de ação proselitista do protestantismo missionário no Brasil. Órgão construído para apresentar as ideias e os interesses da comunidade protestante e para, de certa forma, condensar a sua identidade, o periódico *Imprensa Evangélica*, criado em 1864, foi o veículo utilizado por diversas denominações protestantes que se uniam contra um inimigo comum: a Igreja Católica. Os pastores responsáveis pelos primeiros números do jornal, Ashbell Simonton, Alexander Blackford e o ex-padre e pastor presbiteriano José Manoel da Conceição, asseguraram que o objetivo seria tratar de assuntos exclusivamente religiosos, pregando suas doutrinas à população brasileira. Entretanto, desde muito cedo, o *Imprensa Evangélica* passou a tratar dos temas mais variados: educação secular, economia no Império, projetos de civilização e mudança dos costumes. Além disso, é claro, de demonstrar quão pagã era a sociedade brasileira sob as orientações do catolicismo romano. O período em foco neste trabalho é 1869-1870, quando aconteceu o Concílio Vaticano I. Pretendo apresentar as discussões feitas por meio do jornal presbiteriano e a reação aos dogmas de infalibilidade papal e imaculada concepção.

Palavras-chave: imprensa; protestantismo; Concílio Vaticano I.

FREI JOÃO EVANGELISTA DE MONTE MARCIANO: TRAJETÓRIA DE UM MISSIONÁRIO CAPUCHINHO EM SERGIPE (1874-1901)

Tatiane Oliveira Cunha (PPGH/UFBA)

Frei João Evangelista de Monte Marciano, missionário capuchinho da Província de Ancona na Itália, realizou muitas santas missões no Brasil. Nosso objetivo é seguir sua trajetória para compreender sua contribuição na “evangelização” e “civilização” do homem e da mulher comuns em Sergipe no período de 1874 a 1901. Para isso, consideram-se as “pistas” deixadas em seu “Caderno de Memórias”, entrecruzando-as com outras fontes, como o “Caderno de Memórias de Frei Caetano de San Leo”, o “Livro de Registros das Missões e Retiros (1712-1980)” e a Carta Pastoral escrita por Dom Romualdo Antonio de Seixas. Somado à interpretação das informações obtidas através dos memorialistas e da literatura capuchinha, aventuramo-nos a extrair das fontes indícios que nos levem a compreender melhor essa tessitura social. Essas missões eram relevantes para a população das cidades, vilas e povoados sergipanos. Representavam além do desejado pela Igreja Católica, e ultrapassavam o objetivo evangelizador (batizados, crismas, casamentos), visto que o trabalho na construção de tanques, cemitérios e demais obras de relevância para o bem viver da comunidade são evidentes e em grande quantidade.

Palavras-chave: capuchinhos; santa missão; trabalho.

IGREJA CATÓLICA, CIDADANIA E IDENTIDADE NACIONAL EM CAMAMU (BA) NO SÉCULO XIX

Larissa Almeida Freire (PPGH/UFBA)

Nesta comunicação proponho uma investigação acerca do papel da Igreja Católica brasileira no processo de construção das noções de cidadania e identidade nacional no século XIX. Para tanto, tomarei como exemplo a situação da Freguesia de Camamu na Bahia, nos anos de 1840, focalizando as relações entre a elite local e o clero em meio às tensões existentes na localidade nesse período. Como objetivos a serem explorados, pretendo destacar a inquietação manifestada por setores da elite dirigente com as sublevações de parte da população parda local, associando este fator às ideias de nação vigentes no momento em questão, dando destaque, também, ao posicionamento da instituição religiosa quanto às questões relacionadas à etnicidade e à nacionalidade. Este trabalho partiu da análise do material coletado pelo Arquivo da Cúria Metropolitana de Salvador relativo à tentativa de embargo sofrida pelo padre Celestino Euzébio da Assunção por parte das Irmandades do Santíssimo Sacramento e de Nossa Senhora da Assunção do Camamu. Foi possível perceber as questões levantadas anteriormente, bem como os discursos existentes sobre a realidade vivenciada pela população baiana de então.

Palavras-chave: Camamu; nação; cidadania

OS LIMITES DO QUE SE PODE CRER: RESTRIÇÕES CATÓLICAS E PROTESTANTES AO ENTENDIMENTO E À VIVÊNCIA DA CRENÇA NO FIM DOS TEMPOS NO ÚLTIMO QUARTO DO SÉCULO XIX

Vanderlei Marinho Costa (UFBA)

Esta comunicação divulga parte da dissertação de mestrado defendida junto ao Programa de Pós-Graduação em História, em 2008, intitulada “De medos e esperanças: uma história das crenças apocalípticas, messiânicas e milenaristas no contexto do movimento de Belo Monte (1874-1902)”. Tratando do apocalipsismo no espaço externo ao do arraial, o recorte em foco versa sobre as cautelas e os limites doutrinários impostos pelos cleros católico e protestante ao entendimento e à vivência da crença no fim dos tempos em espaços variados do último quarto do século XIX. Vale-se, quanto à parte católica, de documentos da missão capuchinha na Bahia e em Sergipe, focalizando especialmente o caso da missão enviada contra o padre Felismino da Costa Fontes (e para reenquadrar a multidão de “gente que seguia as falsas doutrinas do mesmo padre”) e um sermão do frei Venâncio Maria di Ferrara intitulado “Fim de todas as cousas[:] o que devemos crer a este respeito”. Da parte protestante, solitário, mas não menos significativo, figura um artigo do reverendo Justus Henry Nelson publicado no periódico protestante paraense O Apologista Christão Brasileiro.

Palavras-chave: apocalipsismo, apocalíptica, Brasil - século XIX

O ALTARE O FRONT: O SERVIÇO RELIGIOSO NA FORÇA EXPEDICIONÁRIA BRASILEIRA

Luciano Bastos Meron Neves

Envio de uma força expedicionária pelo Brasil aos campos de batalha da Europa, durante a Segunda Guerra Mundial (1939-1945), implicou uma série de adaptações e inovações no Exército brasileiro. Ao se colocar sob o comando operacional do Exército norte-americano, a Força Expedicionária Brasileira (FEB) se adequou a uma nova estrutura de organização militar. Isso implicou a reativação de um serviço extinto no exército com o advento da República: a capelania castrense. O serviço religioso nas Forças Armadas remonta ao período colonial. Aliás, há uma histórica relação entre Igreja Católica e unidades militares na Colônia e no Império. Capelães prestavam auxílio espiritual às guarnições de fortes e quartéis, além de acompanhar expedições militares. Mas, com o crescimento do movimento positivista, especialmente dentro do exército, houve um distanciamento das Forças Armadas da Igreja Católica. Assim, este serviço seria extinto, dentro de um contexto de racionalização do serviço público com a instauração da República. Este artigo é um desdobrar do meu trabalho de mes-

trado, “Memórias do front: relatos de guerra de veteranos da FEB”, em que analisei, com base na abordagem de História Oral, depoimentos sobre a experiência da guerra para os soldados da FEB. Viso, com este novo trabalho, discutir as características do Serviço de Assistência Religiosa da FEB e as reações dos praças, como base em depoimentos orais e em documentação recolhida no Arquivo Histórico do Exército.

Palavras-chave: II Guerra Mundial; FEB; religiosidade.

MESA 6

DIÁLOGOS SOBRE A AGRICULTURA NA BAHIA OITOCENTISTA

MEDIADORA: PROF.^a DR.^a MARIA JOSÉ RAPASSI MASCARENHAS

ESTRUTURA FUNDIÁRIA DA VILA DE ILHÉUS NA PRIMEIRA METADE DO SÉCULO XIX

Gennyson Silva Rosa dos Santos (UESC)

Esta comunicação objetiva apresentar a pesquisa do processo de avanço da colonização sobre a fronteira agrícola no termo da Vila de Ilhéus, na primeira metade do século XIX, e o perfil fundiário decorrente deste, estabelecendo a dimensão da presença da pequena, da média e da grande propriedade. Como proposta metodológica, está sendo promovida a conjugação entre fontes quantitativas – ou, mais especificamente, o serial – e o dado eventual, no sentido de dar conta das questões propostas. Assim, estão sendo elaborados quadros da estrutura fundiária da Vila e do seu mercado de terras para um período pouco estudado, o da transição entre uma economia agrária calcada na policultura e na exploração madeireira, para uma monocultura de exportação, a do cacau. A base documental para a investigação se constitui nas escrituras registradas nos livros de notas da Vila de Ilhéus no período em questão.

Palavras-chave: estrutura fundiária; mercado de terras; livros de notas.

CRÉDITO E USURA NA VILA DE ILHÉUS NA PRIMEIRA METADE DO SÉCULO XIX

Leandro Dias dos Santos (UESC)

Esta comunicação visa apresentar a pesquisa em desenvolvimento sobre as modalidades de crédito presentes na Vila de Ilhéus na primeira metade do século XIX e seus agentes, através de um banco de dados que está sendo construído com as informações dos registros notariais da Vila correspondentes ao período proposto. A base empírica da pesquisa é constituída pela série documental dos registros de escrituras e procurações dos livros de notas da Vila de Ilhéus, pertencentes ao Arquivo Público da Bahia. A sistematização destes dados possibilita o desenvolvimento de análises sobre os influxos das operações de crédito no universo

agrário local e regional. Do ponto de vista teórico, pretendemos avançar no conhecimento do funcionamento do setor financeiro da Vila de Ilhéus no período proposto. Esperamos, desse modo, construir um quadro estatístico que ampare a resolução das questões orientadoras das análises pretendidas.

Palavras-chave: crédito; século XIX; Vila de Ilhéus; banco de dados.

ESTRATÉGIAS DE FOMENTO À AGRICULTURA: ACLIMATAÇÃO DE ESPÉCIES VEGETAIS NA COMARCA DE ILHÉUS (1789-1807)

Poliana Cordeiro de Farias (Mestrado em Ensino, Filosofia e História das Ciências/UFBA)

Durante o período colonial tardio, houve grandes incentivos às atividades agrícolas que estruturavam a economia desde os primórdios da colonização. Na última década do século XVIII e no início do século XIX, são dignas de nota as medidas tomadas pelos ministros dos Negócios da Marinha e Domínios Ultramarinos e funcionários reais influenciados pela Ilustração, com o intuito de diversificar a produção. O objetivo desta comunicação é estabelecer uma primeira reflexão em torno das questões relacionadas à aclimatação de espécies vegetais exógenas e à domesticação de espécies nativas, objetivando o incremento da produção agrícola na comarca de Ilhéus. As fontes utilizadas são memórias, ofícios, cartas-régias e particulares.

Palavras-chave: agricultura; aclimatação e domesticação de espécies vegetais; ilustração.

AS FORTUNAS NO RECÔNCAVO DA BAHIA NOS OITOCENTOS

Uelton Freitas Rocha (UFRB)

Nosso trabalho, de iniciação científica, consiste em fazer uma análise da riqueza privada de Cachoeira e região, partindo dos inventários post-mortem, com o intuito de perceber qual a dinâmica da economia do Recôncavo no século XIX. Além disso, confeccionaremos um banco de dados com informações sumárias sobre esta fonte a serem disponibilizadas no Arquivo Regional de Cachoeira. Os métodos para a realização desta pesquisa passam pela coleta de informações acerca da riqueza de cada indivíduo, notadamente seus ativos: escravos, terras, casas, benfeitorias, imóveis, entre outros. Levantadas as informações, quantificamos e dispomos os conteúdos em séries cronológicas. Este trabalho ainda se encontra em curso, mas já temos um banco de dados parcialmente construído e algumas informações de caráter mais qualitativo podem ser sugeridas. Sobre o conjunto documental destacam-se, por exemplo, a dinâmica comercial nos núcleos urbanos e a diversidade da agricultura nas áreas rurais, especialmente a produção de cana-de-açúcar, fumo e mandioca.

Palavras chave: Recôncavo da Bahia; Riqueza; século XIX.

LAVOURA FUMAGEIRA DO RECÔNCAVO DA BAHIA: UMA TENTATIVA DE CARACTERIZAÇÃO NA PRIMEIRA METADE DO OITOCENTOS

Ana Paula de Albuquerque Silva (UFRB)

Osso estudo consiste em perceber as principais características de uma lavoura fumageira na primeira metade do século XIX, além da realizar um banco de dados com as principais informações contidas nos inventários post-mortem para a disponibilização dos interessados. A pesquisa está sendo desenvolvida por meio da catalogação e sistematização das informações específicas sobre a produção de fumo, contidas nos inventários post-mortem que se encontram no Arquivo Público de Cachoeira. De lá retiramos as mais diversas informações, como categoria social dos lavradores, quantidade de escravos, tamanho de propriedades, quantidade de produção, os diversos bens pertencentes ao inventariado, como instrumentos de trabalho, entre outras informações. Os materiais catalogados e coletados têm em vista a reflexão e a pesquisa em história. Entre os principais resultados encontrados até o momento estão os dados que nos levam a apontar que a produção de fumo no Recôncavo da Bahia estava atrelada à criação de gado e, diferentemente do que afirmou a historiografia sobre o tema, com um número elevado de escravos.

Palavras-chave: fumo; produção; Recôncavo da Bahia.

MESA 7

ENTRE O CREDO E A CIÊNCIA: SAÚDE E DISCURSO MORAL NA BAHIA

MEDIADORA: PROF.^a DR.^a GABRIELA SAMPAIO

VIVERES DE REZADEIRAS: DIFERENTES SABERES E PRÁTICAS CULTURAIS DE MULHERES NO RECÔNCAVO

Alaíze Santos Conceição (PPGH/UFBA)

As Rezadeiras do Recôncavo baiano, mulheres negras e integrantes das camadas populares, são detentoras de saberes que remontam notável contribuição africana, sobretudo quando se levam em consideração aspectos da religiosidade e práticas culturais. Concentram-se sobre sua égide ensinamentos e práticas de cura eficazes para intervir nos desequilíbrios corporais e espirituais dos membros da comunidade. Nesse sentido, a comunicação visa discutir algumas práticas culturais que permeiam o cotidiano e/ou o universo religioso das Rezadeiras do município de Governador Mangabeira-BA, levando em consideração a presença do catolicismo (re) significado, tido como popular, um misto do catolicismo europeu associado às contribuições das populações afro-brasileiras. Estas mulheres deixam transparecer em seu cotidiano o caráter somático das religiões tradicionais africanas ao agregar devoções, práticas religiosas e celebrações que conseguem abranger características negras, indígenas e europeias. Assim, pretende-se trabalhar com a hipótese de um catolicismo cuja expressividade das práticas culturais negras tende a se “sobressair” à contribuição de outros elementos culturais. Para tanto, os depoimentos orais das Rezadeiras constitui importante veículo facilitador da pesquisa.

Palavras-chave: rezadeiras; saberes; práticas culturais.

QUANDO AS MULHERES ENTRAM EM CENA: UM ESTUDO SOBRE AS PRÁTICAS MÉDICAS DOS “MÉDICOS DE SENHORAS” NA GAZETA MÉDICA DA BAHIA (1866-1876)

Caroline Santos Silva (PPGH/UFBA)

Este trabalho pretende pensar a prática dos médicos (“ginecologistas”) em Salvador entre 1866 e 1876. Esse período é marcado pela fundação da Gazeta Médica da Bahia (GMBa) e pela criação da primeira enfermaria para parturientes na Santa Casa de Misericórdia. Por conseguinte, a análise se restringirá aos casos publicados na GMBa, periódico importante para divulgação e legitimação do saber médico na Bahia. Para tanto, se faz necessário um mapeamento para a definição do perfil socioeconômico das mulheres que aparecem nos relatos médicos, evidenciando as relações conflituosas entre médicos e pacientes. Neste contexto, também entram em cena outras mulheres, como parteiras e curandeiras, que também fazem parte dos estudos acerca do trato com o corpo feminino, já que até hoje perpetuam a longa tradição das comadres. Elas exerceram importante função no cuidado com a saúde da mulher, e no século XIX disputaram espaços com os médicos, com a grande vantagem de contarem com a confiança das mulheres. Por isso, foram duramente criticadas pelos acadêmicos em seus periódicos científicos.

Palavras-chave: mulheres; “médico de senhoras”; parteiras.

ENTRE ALIENISTAS E JURISTAS: A LOUCURA INTERDITA

Bruna Ismerin Santos (PPGH/UFBA)

Esta comunicação tem como proposta estudar as intrincadas relações que se estabelecem entre o indivíduo com suspeita de alienação mental, a medicina, a justiça e as famílias nos processos judiciais de interdição dos bens e/ou pessoas no Estado da Bahia no período conhecido como República Velha, cujas balizas temporais se estendem de 1889 a 1930. A grande maioria dos trabalhos dedicados à história da psiquiatria tem como eixo metodológico a análise de fontes como teses e publicações médicas, processos criminais, prontuários e relatórios das instituições asilares. O que pretendemos com nossa proposta é acrescentar um novo olhar, menos médico e mais social, para a história da psiquiatria no Brasil, a partir da análise de uma documentação ainda pouco explorada pelos historiadores deste campo de estudo. Com os processos de interdição, poderemos evidenciar que, para além das fronteiras impostas pelos muros do manicômio, um outro mundo vem à tona. As relações entre familiares, loucos e médicos ganham uma nova dimensão: a do cotidiano extramuro intermediado pela justiça e suas normas. Entre brigas, disputas, interesses, artimanhas, cuidados e descuidados, a justiça veio reunir e criar o elo entre esses personagens fora do domínio da psiquiatria: o hospício.

Palavras-chave: história; psiquiatria; interdição.

DISCURSOS MORAIS SOBRE A SÍFILIS NAS SERRAS JACOBINENSES (1930-1950)

Ricardo dos Santos Batista (PPGH/UFBA)

Esta comunicação tem como objetivo analisar os discursos de moralidade em torno da sífilis nas serras jacobinenses nas primeiras décadas do século XX. A cidade divulgava ideais de modernidade por meio do jornal *O Lidador*, ressaltando os bons ares e as possibilidades de enriquecimento que podia proporcionar. A autorização da exploração individual do ouro atraiu um grande número de forasteiros, que buscavam encontrar em Jacobina riquezas e condições de vida melhores do que a de diversos municípios da Bahia que estavam em crise causada pela seca. Com a presença dos forasteiros, cresceu também o número de prostíbulos e prostitutas, que foram responsabilizadas pela transmissão da doença. Mediante o cruzamento entre atestados de óbito, notícias do jornal *O Lidador*, pedidos de subvenção do Hospital Antônio Teixeira Sobrinho, e teses da Faculdade de Medicina da Bahia, foi traçado um panorama de como a sífilis se encontrava inserida no meio social, e os rastros que se buscou deixar ligando a contaminação com a doença apenas aos integrantes das classes sociais não abastadas, além de pessoas que se encontravam à margem da sociedade. A moral era o centro daquela sociedade, e diversos dispositivos apontavam para a negação da doença.

Palavras-chave: sífilis; moralidade; Jacobina.

MESA 8

PODER E POLÍTICA COLONIAL E IMPERIAL

MEDIADOR: PROF. DR. LUIZ SARAIVA

AS CÂMARAS DA CAPITANIA E COMARCA DE ILHÉUS E A ADMINISTRAÇÃO DOS BENS DO CONCELHO – SÉCULOS XVIII E XIX

Dagson José Borges Santos (UESC)

As câmaras municipais são consideradas elementos de continuidade entre o reino e suas possessões no ultramar. Estas funcionavam ao mesmo tempo como executoras da política metropolitana e como espaços de negociação política local. As câmaras foram fundamentais na representação dos interesses dos colonos. Os cargos camarários eram uma forma de status social e de obtenção de privilégio. A pesquisa busca analisar como se configurava, numa capitania de pequeno porte, o poder local representado nas Câmaras, no que diz respeito à regulamentação dos usos de recursos dos bens dos concelhos locais pela sociedade. Procura-se, também, identificar de que forma as possíveis irregularidades cometidas pelos membros do concelho eram observadas pela administração colonial. Fundamentado no conceito de “economia do bem comum”, pode-se aventar que o domínio político local, por meio da ocupação de cargos no Conselho (câmara), colocava o indivíduo numa situação privilegiada para fazer uso dos recursos do conselho que se constituíam, em tese, em patrimônio público ou comum. Como desdobramento dessa situação, a concessão do uso de tais recursos pode ter sido usada como moeda de troca na composição de clientelas no nível local.

Palavras-chave: municipais; Capitania e Comarca de Ilhéus; poder local.

COLONIAL COMARCA DOS ILHÉUS: SOBERANIA E TERRITORIALIDADE NA AMÉRICA PORTUGUESA (1763-1808)

Caio Figueiredo Fernandes Adan (UEFS)

Esta pesquisa procurou compreender a dinâmica de produção e transformação do território da comarca de Ilhéus nas últimas décadas do período colonial. A Comarca foi criada

em 1763, como consequência da anexação do território da antiga donataria de São Jorge dos Ilhéus pela Capitania Real da Bahia. Assim, insere-se no bojo de um amplo processo de redesenho das fronteiras da colonização portuguesa no continente americano durante a segunda metade do século XVIII, voltado não apenas para a consolidação de seus limites exteriores, mas também para uma nova lógica de gestão do território colonial, notadamente sobre aquelas áreas em que o domínio português ainda não tinha se efetivado por completo. Sob esse viés, os processos de ocupação e ordenação do território da Comarca são pensados como campo privilegiado de disputas entre segmentos diversos da sociedade colonial, revelando a emergência de práticas territoriais fortemente recortadas por relações de poder. Com o manuseio das fontes – documentos legais, correspondências, registros cartográficos e relatos e memórias históricas –, buscou-se identificar tensões sociais construídas em torno do processo de institucionalização territorial e discursiva da comarca, bem como diferentes estratégias adotadas pelos sujeitos históricos em face da nova configuração de poderes estabelecida naquele território, com destaque para a introdução de um novo agente do poder metropolitano naquele contexto: os ouvidores de comarca.

Palavras-chave: soberania; territorialidade; América portuguesa; Capitania da Bahia (Colonial Comarca dos Ilhéus).

DESCONSTRUINDO UMA TRAJETÓRIA PARA A INDEPENDÊNCIA: BAHIA (1808-1823)

Elisa de Moura Ribeiro (UFBA)

Esta comunicação propõe discutir alguns dos projetos políticos na Bahia entre 1808 e 1823, marcos, respectivamente, da chegada da família real portuguesa à Capitania e da expulsão das tropas lusitanas após a guerra de independência. Na Capital e Recôncavo estaria patente a inauguração de uma nova era em sua história, caracterizada pela adesão da Capitania à conjunção portuguesa da corte de D. João. A redefinição do Império, que teve como referência a transmigração da Corte ao Brasil e os eventos da Abertura dos Portos (1808) e sua elevação à categoria de Reino (1815), tornaria para os habitantes da Bahia, gradativamente, menos distinta a dicotomia política Portugal-Brasil. A implantação da imprensa, a gazeta *Idade D'Ouro do Brazil*, e as demandas do Senado da Câmara da Bahia pela modernização da paisagem urbana seriam indícios dessa experiência entre os baianos, que viam reforçada a identidade portuguesa naquela conjuntura. Portanto, admite-se que não haveria o acúmulo de expectativas que visavam ao rompimento com o Império português durante o período, a despeito do que se encontra assentado em certa historiografia.

Palavras-chave: Bahia; Independência; projetos políticos.

FEDERALISMO NA BAHIA (1831-1838)

Vinícius Mascarenhas de Oliveira (UFBA)

A temática a ser explorada tem como núcleo os movimentos federalistas baianos (1831-1838). Contemplam-se seus modos de expressão – revolta armada, publicações –, suas associações, perspectivas e inclinações ideológicas, no contexto da Regência do Império brasileiro, período no qual se promulgou o Ato Adicional (1834). Tal reforma fora reivindicada por diversos políticos da Província da Bahia, inclusive na Assembleia Geral, por meio de seus representantes. As revoltas ocorridas entre 1831 e 1833 são a expressão mais radical neste sentido, pois, além de produzirem conflitos armados, tinham um teor federalista explícito. Após 1834, no entanto, não sobreveio um período de paz, evidenciado principalmente pela Sabina. Na década de 1840, algumas publicações atestam a forte oposição autonomista ao governo. Portanto, há um descontentamento expresso por ações políticas na província da Bahia, exigindo uma constituição federal mesmo após 1834, além de manifestações de sociedades federalistas através dos jornais, e da aliança entre os ideais federalistas e o republicanismo em ascensão ao longo da década.

Palavras-chave: movimentos federalistas; ato adicional; republicanismo.

MESA 9

IMPRENSA, EDUCAÇÃO E POLÍTICA: CAPÍTULOS DA HISTÓRIA DA BAHIA (1960-1970)

MEDIADOR: PROF. DR. MUNIZ FERREIRA

O JORNAL A TARDE E O GOLPE CIVIL-MILITAR DE 1964

Bruno de Oliveira Moreira (PPGH/UFBA)

Este expediente objetiva investigar o comportamento do jornal baiano *A Tarde* frente ao golpe de Estado executado militarmente na madrugada de 1º de abril de 1964. A partir da análise central de seus editoriais que versaram sobre o evento, pretende-se avaliar seu evidente adesismo ao golpe que derrubou o então presidente João Goulart, acompanhando a tendência de determinados setores da sociedade civil, como grande parte da imprensa burguesa brasileira, setores numerosos do clero e outros grupos ligados ao empresariado e setores liberais. Esse adesismo esteve contornado pela propaganda anticomunista intensificada no contexto do pré-golpe, a qual, ao atentar para a possibilidade da implantação de um regime “bolchevista” no Brasil, fabricou, de maneira massiva, consensos de justificação para a tomada do poder pelos militares. Pretende-se ainda analisar a cobertura da “Marcha da Família com Deus pela Democracia” soteropolitana, marcada, neste veículo, pela exaltação às ações das Forças Armadas, por evitar que o país sucumbisse às “garras do comunismo ateu”, nas palavras do jornal.

Palavras-chave: jornal *A Tarde*; golpe civil-militar; anticomunismo

A ESQUERDA NACIONALISTA NA CHAPADA: A TRAJETÓRIA DO GRUPO DOS ONZE EM JACOBINA (BA) – 1962-1964

Hebert Santos Oliveira (UNEB)

Esta pesquisa pretende analisar a história e a memória do Grupo dos Onze na cidade de Jacobina-BA no período de 1962 a 1964, bem como apresentar o cenário do nacionalismo de esquerda na referida cidade. Procuraremos identificar e colher entrevistas e depoimentos com ex-militantes, familiares de militantes, além de pessoas que lá viveram naquela época e tiveram relação com o Grupo dos Onze. A cidade de Jacobina, situada no Piemonte da Chapada

Norte da Diamantina, em meados da década de 1960, mais precisamente entre 1962 a 1964, vivia sob o jugo do que se convencionou chamar de coronelismo. O deputado Estadual Francisco Rocha Pires, coronel da antiga guarda nacional e conhecido chefe político desta cidade, lograva de grande poder e sucessivas vitórias em pleitos desde 1930. O Partido Republicano (PR) era o partido da situação; porém, sua longa trajetória de vitórias esteve ameaçada, nas eleições de outubro de 1962, pelo Partido Social Democrata (PSD) e seu candidato de oposição, o advogado e professor Dr. Ivanilton Costa Santos, que naquela oportunidade disputaria com o médico, o Dr. Ângelo Mário Moura Brandão. Este último venceria por uma margem de 43 votos, algo que nunca ocorreu, pois sempre os aliados do Coronel Rocha Pires ganhavam com margem superior a mil votos. Estava assim abalada a hegemonia do PR e do coronelismo em Jacobina. É nesse cenário de conflito político que surge uma contra-hegemonia a partir da perspectiva do nacionalismo de esquerda que se evidencia com o Grupo dos Onze em fins de dezembro de 1963.

Palavras-chave: Grupo dos Onze; nacionalismo de esquerda; história e memória.

“O SISTEMA PÚBLICO ESTADUAL DO ENSINO MÉDIO NA BAHIA, DÉCADAS DE 60 E 70 DO SÉCULO XX: AS TENTATIVAS DE (RE) ORGANIZAÇÃO E AS ESCOLAS POLIVALENTES”

Alda Quintino dos Santos (Faced/UFBA)

O sistema público estadual de educação conta, ainda hoje, com grandes dificuldades para expandir e melhorar o Ensino Médio. Essa questão exige investigar o passado para saber que motivos influenciaram decisivamente quando das intervenções procedidas no modelo de organização desse nível de ensino nas décadas de 1960 e 1970. Na década de 60, com o incentivo dos recursos do Ministério da Educação e Cultura e da Agência Norte-Americana para o Desenvolvimento Internacional (MEC/USAID), constroem-se os Ginásios Orientados para o Trabalho (GOTs) e os Centros Integrados de Educação (CIs). Em 1969 e início de 70, procede a nova intervenção sob orientação do Programa de Expansão e Melhoria do Ensino (PREMEN) por força do acordo MEC/USAID, e implanta as Escolas Polivalentes (EPs), fundadas nas diretrizes técnicas do ideário pragmático economicista da Carta de Punta del Este e Conferência de Santiago (Chile). Desse modo, a pesquisa visa identificar, por meio do método do estudo de caso, elementos de apoio para o delineamento de novas políticas para o Ensino Médio e reconstruir/construir a memória de uma parte da Educação do Estado.

Palavras-chave: história da educação; ensino médio; educação e trabalho.

A EDUCAÇÃO DE ADULTOS NO BRASIL: UMA RETROSPECTIVA HISTÓRICA

Idália Maria Tibiriçá Argôlo (Mestrado em Educação e Contemporaneidade/UNEB)

Esta comunicação faz uma retrospectiva histórica da educação de adultos no Brasil a partir da educação jesuítica e a catequese, as tentativas de uma educação voltada para o adulto se inserir no contexto político, as diversas campanhas de erradicação do analfabetismo realizadas pelo governo durante a República, com a constatação do alto índice de analfabetismo existente no Brasil. O trabalho é parte da dissertação de Mestrado do Programa de Pós-Graduação em Educação e Contemporaneidade da UNEB, que tem como objeto de estudo a função socioeducativa do Instituto de Radiodifusão Educativa da Bahia (IRDEB), fazendo uma introdução ao tema por meio da análise da educação de adultos no Brasil e dos programas de alfabetização via rádio. A dissertação tem como objetivo resgatar a história e disponibilizar a memória descritiva do IRDEB através de registros e depoimentos orais daqueles que vivenciaram o período referido na instituição. O estudo caracteriza-se como de base qualitativa por meio da história oral temática, utilizando-se de entrevistas gravadas, além de pesquisa bibliográfica, em livros, dissertações, diários oficiais, dando suporte sobre datas, modificações e fechamento da instituição, e pesquisa quantitativa com levantamento das salas de recepção, e está baseado em teóricos como Argollo, Beisiegel, Di Rocco, Fazenda, Freire Lopes, Meihy, Paiva e outros.

Palavras-chave: alfabetização; educação de base; educação de adultos.

MESA 10

VIVÊNCIAS COTIDIANAS, REDES DE SOCIABILIDADE E CONTROLE DE ESCRAVOS NO BRASIL

MEDIADORA: PROF.^a DR.^a LUCILENE REGINALDO

APONTAMENTOS SOBRE A VIVÊNCIA DE HOMENS E MULHERES AFRICANOS NAS TERRAS SERGIPANAS (1780-1850)

Joceneide Cunha dos Santos (PPGH/UFBA)

Nos últimos anos, as vivências de homens e mulheres africanos e suas identidades têm despertado a atenção dos historiadores. No entanto, há trabalhos que abordam os africanos em Sergipe. Este trabalho tem como objetivo analisar alguns dados coletados sobre homens e mulheres africanos em Sergipe no interstício de 1780 a 1850. Usei como fontes históricas inventários post-mortem, registros de batismo e de casamento, dentre outros. Utilizei a metodologia da quantificação e de cruzamento de informações. Optei por trabalhar com quatro localidades: Santo Amaro, São Cristóvão, Estância e Lagarto. A pesquisa está em andamento; no entanto, os dados coletados já permitem perceber que havia variações nas concentrações de africanos de vila para vila, como também diferenças nas nações africanas encontradas. Resalto que os africanos de nação angola são majoritários nos dados coletados até o momento. Por fim, os africanos eram uma parte significativa da escravaria nas terras sergipanas.

Palavras-chave: africanos; Sergipe; angolas.

COMPADRES, PADRINHOS E AFILHADOS: SIGNIFICADOS DAS PRÁTICAS DE COMPADRIO PARA FAMÍLIAS ESCRAVAS DO “CERTAM DE SIMA” DO SÃO FRANCISCO (1721-1757)

Gabriela Amorim Nogueira (Mestrado em História Regional e Local/UNEB)

A historiografia da escravidão, desde a década de 1980, vem destacando a importância social do compadrio no cotidiano familiar de escravos e forros, ampliando estudos das práticas de apadrinhamento nas sociedades escravistas. O presente trabalho trata de algumas trajetórias familiares de escravos e forros nas fazendas setecentistas dos Guedes de Brito, perscrutadas nos registros paroquiais da freguesia de Santo Antonio do “Orubu de Sima”. Aqui as

redes de compadrio que uniram escravos, forros e livres são “exumadas” das entrelinhas das fontes para nos introduzir em percursos cotidianos do ir e vir para cerimônias de batismos e escolhas de compadres e comadres, e assim nos aproximar de esperanças e solidariedades da vida escrava. Acompanhar algumas de suas trajetórias permite revelar especificidades da família escrava no alto sertão da Bahia setecentista.

Palavras-chave: família escrava; compadrio; sociabilidades.

LAÇOS CATIVOS: REDE DE SOLIDARIEDADE ENTRE OS ESCRAVOS DA COMARCA DE ESTÂNCIA (SE) (1840-1888)

Sheyla Farias Silva (PPGH/UFBA)

Esta pesquisa tem por objetivo analisar, através dos filtros da documentação cartorária e eclesiástica a organização da família escrava na Comarca de Estância-SE no período de 1840 a 1888. Para isso, coligimos a documentação consultada – inventários post-mortem, testamentos, lista de quarteirão, matrícula de escravos no fundo de emancipação, além dos assentos de casamentos e batismos da freguesia de Nossa Senhora do Guadalupe –, com os pressupostos teóricos da História Social, a fim de compreender os significados atribuídos pelos cativos ao construir seus laços de solidariedade. Destarte, atentamos para o espaço de convivência desses entes, identificamos a presença de laços de parentesco entre os cativos, quantas gerações estavam concentradas na mesma unidade produtiva, quais as implicações dos senhores para a manutenção desses laços, em especial no momento da partilha dos bens entre os herdeiros, assim como a incidência de uniões sacramentadas pela Igreja, a frequência desses casamentos com agentes externos a unidade produtiva e a forma como essa prática foi vista pelos senhores estancianos. Quanto à organização da família escrava, as fontes cartorárias e paroquiais demonstraram que os cativos buscaram diversas estratégias para manter seus laços de parentesco, visto que o casamento misto entre escravos e livres não era impedido pelos senhores. Como forma de socialização, os cativos preferiam que outros escravos batizassem seus filhos ou que fossem testemunhas de seus casamentos.

Palavras-chave: família; solidariedade; escravos.

CRIME, ESCRAVIDÃO E COTIDIANO URBANO NO RIO DE JANEIRO OITOCENTISTA

Lucimar Felisberto dos Santos (PPGH/UFBA)

Análise das Ações Cíveis de Liberdade e dos processos criminais permitem elucidar diversas estratégias de conquista encenadas na Corte Imperial pelos indivíduos escravizados. Possibilitam, também, uma sumária investigação do cotidiano de alguns cativos e das redes de solidariedades estabelecidas com libertos e livres brancos e não brancos. Nas falas dos acusados e dos arrolados como testemunhas é possível identificar alguns rostos de africanos e crioulos cativos: seus nomes, onde moravam, suas filiações, suas procedências, suas ocupações e que tipos de relações sociais tinham construído com seus senhores, com seus parceiros e com a cidade. A experiência de Izidoro Augusto de Sampaio é exemplar. Descrito como pardo, escravo de José Antônio Vasques, sua história nos dá importante indicação da complexidade das relações sociais no perímetro urbano. Izidoro tinha uma ocupação semiespecializada; residia em uma boa casa com sala, quarto e sacada; exibia um padrão mobiliário além do que se esperava para os “desfavorecidos” – tinha cama e sofá. Seria possível sugerir que, no âmbito da escravidão, Izidoro estaria no topo da escala social a que o escravo urbano tinha acesso. O fato de poder se passar por liberto ou mesmo livre de alguma forma amortizava os efeitos da condição escrava. No entanto, a atitude de sua amásia – recusar-lhe por sua condição jurídica de escravo – pode ter posto fim aos projetos de vida deste indivíduo. Porém, sua trajetória nos ajuda a refletir não apenas acerca da complexidade das relações escravistas urbanas nas últimas décadas da escravidão, mas, fundamentalmente, sobre sua dinâmica e sobre os liames das relações sociais possíveis a um cativo. A intenção desta comunicação é analisar o contexto do crime cometido por Izidoro para discorrer acerca da lógica social que regulava as relações escravistas no Rio de Janeiro nos anos finais dos oitocentos.

Palavras chave: escravidão urbana; família escrava; doses de liberdade.

“PARA CONTER EM PERFEITO SOSSEGO A ESCRAVATURA”: AFRICANAS E AFRICANOS NA LEGISLAÇÃO DA BAHIA.

Luciana da C. Brito (USP)

Prestando discutir o lugar destinado aos africanos libertos na legislação brasileira (nacional e provincial), enfatizando a situação desses indivíduos na Bahia. O objetivo é pensar como a condição legal dos africanos libertos na sociedade baiana foi conformada por sua atuação na dinâmica social, o que se deu por meio de revoltas ou por outras atitudes cotidianas consideradas insubordinadas. Argumento que o silêncio da Constituição do Império quanto à cidadania dos africanos libertos acabou por delegá-los a uma condição de não cidadãos, fazendo com que compusessem um grupo estrangeiro e sem direitos. No plano provincial, analiso os diversos interesses que orientaram o processo de elaboração de leis dirigidas à população africana liberta da Bahia. A documentação privilegiada são as Atas da Assembleia Legislativa provincial e a legislação produzida na Bahia entre os anos de 1829 e 1835. Por entender que o

uso de instrumentos legais não era privilégio de um só grupo social, demonstro que, a despeito das condições adversas, os africanos e africanas libertas esforçaram-se para utilizar estas leis como instrumentos a seu favor.

Palavras-chave: africanos; Bahia; legislação.

MESA 11

PODER E POLÍTICA NO BRASIL REPUBLICANO

MEDIADOR: PROF. DR. DILTON ARAÚJO

APÓS O QUINZE DE NOVEMBRO: A PARTIDA PARA EXÍLIO E O BANIMENTO DA FAMÍLIA IMPERIAL

Luciana Pessanha Fagundes (CPDOC/FGV)

A presente comunicação tem como objetivo analisar o cenário político da república recém-instaurada em 1889, com foco especial voltado para o exílio e banimento da família imperial. Considerando que esses atos do Governo Provisório são apenas o início de todo um trabalho de estruturação e legitimação da República brasileira, que incluirá uma “batalha” em torno do passado, procuramos compreender a dinâmica que permeia a construção de um olhar republicano sobre o passado monárquico, recuando até os momentos finais do Império, com o foco voltado para o movimento republicano. Por fim, este trabalho compreende uma análise resumida dos dois primeiros capítulos de minha tese de doutorado, que tem como foco analisar o diálogo da Primeira República brasileira com seu passado monárquico, através de eventos específicos. Considerando a variedade de eventos abarcados por este estudo, tomamos como base os “Diários do Congresso Nacional”, as revistas do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), e a imprensa da época. Parte inicial da pesquisa já foi realizada, especialmente a análise das revistas do IHGB, e de parte da imprensa, utilizada na redação dos capítulos que serão apresentados no Exame de Qualificação, a ser realizado em março de 2010.

Palavras-chave: monarquia; república; passado.

MILITARISMO E CIVILISMO NA TERRA “GRAPIÚNA”: UM DIÁLOGO ENTRE OS MEMORIALISTAS REGIONAIS E AS ATAS DA CÂMARA MUNICIPAL DE ITABUNA NA CAMPANHA CIVILISTA (1907-1912)

Willan de Souza Januário (UESC)

Nesta fase da pesquisa – que se propõe a analisar as consequências do embate político entre Rui Barbosa e Hermes da Fonseca na cidade de Itabuna, a chamada Campanha Civilista – temos o objetivo de contrapor dois tipos de fontes que auxiliaram no amadurecimento de tal estudo: os anais da vida legislativa da cidade e os registros memorialísticos da região sul do estado que falam da vida política de Itabuna no período. As duas fontes fornecem elementos pertinentes sobre as articulações políticas estabelecidas no momento. A corrente memorialista cria o discurso do progresso “grapiúna”, que enaltecia a participação de líderes locais em momentos decisivos da Campanha Civilista. Em contrapartida, as atas da Câmara Municipal da cidade, através dos relatos dos conselheiros municipais, servem como contraponto ao discurso memorialista por apresentar fatos e dados que enfatizam a difícil situação econômica por que passava a cidade e contextualizar as relações de poder da elite itabunense com os líderes estaduais. É importante citar que a pesquisa se propõe ainda a estabelecer uma ligação entre as eleições de 1910 e a emancipação política da cidade, que aconteceu no mesmo ano. Mais uma vez, de um lado estão os memorialistas como Kfoury (2002), Gonçalves (1960) e Menezes (2005) apontando a ação de certos políticos e as riquezas da cidade como facilitadoras da emancipação da então Vila, e as atas levam a outros rumos ao colocar a amigável relação da elite “grapiúna” com o governador do período Araújo Pinho como fundamental para o processo. Portanto, a análise e apresentação de tais fontes são relevantes por compreender um momento de suma importância na política nacional e estadual, momento este que culminou com a consolidação da emancipação de Itabuna em 1910, com a eleição do Marechal Hermes da Fonseca a presidente da República e a ascensão de J. J. Seabra ao Executivo da Bahia (1912).

Palavras-chave: campanha civilista; atas; memorialista.

MELETES E PEDUROS: A DISPUTA PELO PODER NO SERTÃO DA RESSACA – 1919

Suzimar dos Santos Novais (PPGH/UFBA)

Na Imperial Vila da Vitória, Sertão da Ressaca, formou-se uma elite que detinha o poder econômico, social e político. As famílias Fernandes de Oliveira, Oliveira Freitas, Ferraz Araújo e Lopes Moitinho, aliados com os Gonçalves da Costa, principalmente por meio de casamentos, revezavam-se nos cargos administrativos e jurídicos, muitas vezes configurando rivalidades entre famílias para a sucessão e manutenção do poder local. Esta comunicação busca analisar o conflito entre os partidários de dois grupos políticos rivais, Meletes e Peduros, que recorriam às práticas violentas para galgar ao poder local, evidenciando que, no Sertão da Ressaca, não se primava por uma identidade partidária, já que os envolvidos eram membros que compunham o mesmo partido político.

Palavras-chave: Meletes e Peduros; famílias; poder.

O INTERVENTOR FORASTEIRO: A INTERVENTORIA DE JURACY MAGALHÃES NA BAHIA (1931-1934)

Ana Luiza Araújo Caribé de Araújo Pinho (CPDOC/FGV)

A pesquisa em questão procura analisar o primeiro momento do governo de Juracy Magalhães na Bahia, de 1931 a 1934, período em que atuou como Interventor Federal no estado. O objetivo principal deste trabalho é entender e analisar as estratégias políticas utilizadas pelo tenente cearense para conseguir, em menos de quatro anos, abandonar a figura de “forasteiro” à política baiana e se transformar em uma das figuras políticas mais proeminentes do estado durante grande parte do século XX. Para alcançar tais objetivos, são analisadas prioritariamente fontes escritas, como os arquivos Juracy Magalhães, Getúlio Vargas e Juarez Távora, existente no CPDOC, além dos quatro maiores jornais baianos do período – A Tarde, Jornal da Bahia, Jornal de Notícias e O Imparcial. O resultado de tal análise documental é que Juracy Magalhães introduziu elementos novos ao jeito de fazer política na Bahia. A utilização dos meios de comunicação disponíveis no período – jornais e rádio – aproximou-o da população de forma nunca antes vista. As constantes viagens ao interior da Bahia e ao Rio de Janeiro o tornaram conhecido e reconhecido como centro de poder, além de criar todo um novo ritual político no trato com os cidadãos.

Palavras-chave: Juracy Magalhães; Bahia; Governo Vargas.

MESA 12

ENTRE OS FATOS E A FICÇÃO: DEBATES SOBRE LITERATURA, CINEMA E HISTÓRIA

MEDIADOR: PROF. DR. ANTÔNIO GUERREIRO

O AMADO MUNDO DA PAZ DE JORGE

Alex de Souza Ivo (IFECT-BA)

A presente comunicação busca lançar algumas luzes sobre questões concernentes ao pensamento do PCB na década de 1950. Examinarei, a partir do livro *O Mundo da Paz*, publicado por Jorge Amado em 1952, algumas características do pensamento do escritor. Meu interesse direciona-se para a construção e idealização das imagens das lideranças pecebistas e de Joseph Stalin, da sociedade que os comunistas pretendiam construir e para as relações existentes entre esta vertente do pensamento comunista e os mundos do trabalho. Para isso, a obra de Jorge Amado será o ponto de partida. Utilizarei, também, como fonte documental, as resoluções partidárias e as notícias publicadas no jornal *O Momento* entre os anos de 1948 e 1957. Além disso, me será útil a ampla bibliografia produzida no âmbito da História e das Ciências Sociais sobre o PCB, pois será a partir dela que realizarei um contraponto entre o pensamento presente em *O Mundo da Paz* e as principais diretrizes apresentadas pelos dirigentes pecebistas.

Palavras-chave: literatura; comunismo; imaginário.

MILITÂNCIA INTELLECTUAL E POLÍTICA RADICAL: LIMA BARRETO E OS JACOBINISTAS DA PRIMEIRA REPÚBLICA

Frederick Oliveira Moraes (UESC)

Preto compreender como Lima Barreto representou os sujeitos que, na campanha civilista (1910), apoiavam Hermes da Fonseca, estes sujeitos outrora conhecidos como jacobinistas. Ao analisar o discurso do personagem Inácio Costa, que em *Numa e a Ninfa* “encarna” este tipo político, será possível fazer um estudo minucioso dos posicionamentos deste personagem, que, dentro do contexto da obra, representa a perspectiva de Lima Barreto acerca dos partidários do marechal. Entender essas representações remete a uma discussão

que exige um olhar teoricamente rigoroso entre a relação de história e literatura. Por conta disso, buscarei referência na bibliografia que trate da questão para dar sustentabilidade epistemológica às minhas análises. A partir daí, será possível contribuir para uma compreensão histórica destes sujeitos na política brasileira da época, e perceber, através deles, a conjuntura histórica em que estavam inseridos.

Palavras-chave: Lima Barreto; jacobinistas; representação.

NARRAR A NAÇÃO REPUBLICANA: INTERFACES ENTRE LITERATURA E HISTÓRIA

Tatiana Sena (Mestrado em Letras e Linguística/UFBA)

A pesquisa analisou as mudanças na narrativa nacional, quando da instauração da República no Brasil, objetivando discutir a relação entre literatura e história na escrita do imaginário republicano, já que ambas são formas de conhecimento que se utilizam de narrativas para criar sentidos para a nação. Toda narrativa se insere no tempo e inscreve um tempo na memória, plasmando uma representação que visa tornar apreensível a temporalidade. Em vista disso, analisarei a articulação ambivalente entre modernidade e “representação da nação como processo temporal”, tendo como aporte teórico Homi Bhabha (2005). A relação entre literatura e história construiu uma longa tradição de diálogos, polêmicas e, fundamentalmente, de complicitades que envolvem os dois campos de saber que se diferenciaram na modernidade. No Brasil, esse contexto não foi diferente. A história do Brasil encontra na literatura um espaço privilegiado de reinvenção, no qual a rememoração de episódios consagrados ou esquecidos da história nacional frequentemente possibilita a reativação diferencial de sentidos que se plasmam e se antagonizam na memória cultural do país, visibilizando conflitos, impasses e vozes recalçadas nas versões oficiais do discurso brasileiro. Essa retroalimentação dos campos em questão evidencia o consórcio entre historiadores e literatos, haja vista que estes participam da mesma categoria dos letrados e são importantes narradores/fundadores da ficção nacional, contribuindo na formatação de um imaginário nacional, em especial das classes dirigentes do país, seja no passado, seja ainda contemporaneamente. Não podemos perder de vista que literatura e história são categorias disciplinares básicas dos currículos nas escolas, instituições que, como ressalta Étienne Balibar (1991), funcionam como genuínas fábricas da “forma nação”.

Palavras-chave: literatura; história; República.

DO REAL AO “IMAGINÉTICO”: AS REPRESENTAÇÕES DO CANGAÇO NA LINGUAGEM CINEMATOGRAFICA

Caroline Lima Santos (Mestrado em História Regional e Local/UNEB)

O artigo é fruto de pesquisa desenvolvida no Mestrado em História Regional e Local da Universidade do Estado da Bahia. Estuda-se a produção cinematográfica da década de 1950, a partir da película *O Cangaceiro*, do cineasta Lima Barreto. A proposta do artigo na perspectiva do imaginário será discutir como o mito do cangaço, por meio de filmes estilo nordesten, lançou ideias e representações que ligam o movimento do cangaço e o seu espaço geográfico, nesse caso o nordeste brasileiro, a questões referentes à violência e a barbárie. O objetivo do trabalho é identificar e estabelecer relações entre o momento histórico em que foi construído o cangaço e as representações dadas a este por intelectuais urbanos pertencentes à classe média. O desenvolvimento da pesquisa parte de análises filmicas, de fontes jornalísticas sobre o filme, do contexto sociopolítico da época e da leitura das críticas relacionadas à obra cinematográfica citada. O trabalho focará as possibilidades da relação história-cinema e o cinema como fonte de pesquisa.

Palavras-chave: cangaço; cinema; imaginário.

MESA 13

REFLEXÕES SOBRE O ANTIGO REGIME EM TERRAS LUSO-AMERICANAS

MEDIADOR: PROF. DR. EVERGTON SALES SOUZA

ESCRavidÃO E RELIGIÃO EM ECONOMIA CRISTã DOS SENHORES NO GOVERNO DOS ESCRAVOS

Sérgio Augusto Martins Mascarenhas (UFRB)

O artigo aborda o conceito de escravidão na obra *Economia Cristã dos Senhores no Governo dos Escravos*, do jesuíta Jorge Benci, publicada no início do século XVIII. Direcionada, sobretudo, para as elites coloniais, a obra legitima a escravidão e tenta instruir os senhores para uma determinada forma de tratamento dos escravos, com ênfase na escravidão doméstica. As menções à escravidão greco-romana serão objeto particular de análise, pois são resgatadas como argumento de autoridade indicando uma determinada ótica da escravidão colonial. A leitura da fonte, em paralelo com a leitura da bibliografia secundária, permitiu condições para a redação dos relatórios e composição final de um artigo. A escravidão, para Benci, é inquestionável e está ligada à vontade divina; um trabalho forçado é necessário à purificação da alma dos cativos para não terem suas vidas ceifadas. A fórmula benciana *Panis, et disciplina, et opus servo* (pão, disciplina e trabalho ao servo) sobressai como uma solução tangencial que não confronta com o principal interesse da época, manter status e poder, enriquecendo cada vez mais com o trabalho escravo.

Palavras-chaves: religião; escravidão; Jorge Benci.

A MITRA NA PENUMBRA: D. JOSÉ BOTELHO DE MATTOS, A FUNDAÇÃO DO CONVENTO DA SOLEDADE E OS LIMITES DA JURISDIÇÃO ECLESIASTICA

Rebeca C. de Souza Vivas (PPGH/UFBA)

Imerso em disputas políticas desde o momento de sua fundação, o recolhimento do Coração de Jesus e Nossa Senhora da Soledade, fundado por Gabriel Malagrida, transformou-se em mais um exemplo do complicado jogo de interesses movido pela teia de jurisdições no

cotidiano político e religioso da colônia. Os registros relativos a esta demanda, movida pela Irmandade de N. Sr.^a da Soledade contra o fundador jesuíta, sugerem que houve grande comprometimento de D. José Botelho de Mattos com a história mais remota deste convento ursulino e que a situação diplomática do arcebispo neste contexto pode constituir veículo útil de observação das intermitências na relação entre a Igreja e o Estado no século XVIII. As tensões que antecederam a transformação do recolhimento em casa religiosa são bastante ilustrativas de como grandes questões políticas podem gravitar em torno de algo aparentemente cotidiano num Império que sempre fez questão de associar a vocação cristã à expansão de suas fronteiras. O objetivo desta comunicação é, portanto, discutir a atuação de D. José Botelho de Mattos durante a polêmica que marcou a fundação do Convento da Soledade e através da análise do seu envolvimento com causas (aparentemente) exteriores à jurisdição eclesiástica.

Palavras-chave: conventos; relações igreja-estado; episcopado.

JORNADA DOS VASSALOS DE D. JERÔNIMO ATAÍDE – 'SÉCULO XVII

Pablo Iglesias Magalhães (PPGH/UFBA)

A Biblioteca da Ajuda em Lisboa guarda em seu acervo um manuscrito inédito sobre a Jornada dos Vassalos em 1625. O texto é intitulado Cap.os da Relação e foi encadernado com diversos outros papéis administrativos do século XVII, sendo a numeração das folhas inserida posteriormente. O rascunho da Relação foi escrita em castelhano porque seu autor desejava que fosse às mãos de Felipe IV, ao tempo da União Ibérica (1580-1640). O texto oferece grande número de novas informações sobre os episódios relacionados a este período, apresentando os bastidores das armadas que compuseram a Jornada para socorrer a Bahia em 1625. O Capítulo da Relação é uma obra anônima, visto que o autor não se identifica nem no título nem ao longo do texto – pelo menos não de maneira direta. Uma afirmação no índice da Relação permite, não obstante, identificar quem redigiu o texto. O quinto tópico, “Of.es de guerra, causa de meu Pai”, permite conhecer a real identidade do autor: o filho de D. Antônio de Ataíde. Este seria o Almirante da armada de 1625, mas por questões políticas acabou impedido de ocupar o cargo na expedição. Seu filho, autor do texto, chamava-se D. Jerônimo de Ataíde, que é o único autor português que concebe a invasão da Bahia como um episódio da Guerra dos Oitenta Anos. Esta visão é recorrente em outras crônicas de origem espanhola, mas inédita aos autores portugueses.

Palavras-chave: Neerlandeses na Bahia; Restauração de 1625; Jornada dos Vassalos.

A ASCENSÃO DE UM GOVERNADOR-GERAL E UM “QUASE”

OUVIDOR-GERAL NA CAPITANIA DA BAHIA APÓS A RESTAURAÇÃO PORTUGUESA (1642-1647)

Érica Lôpo de Araújo (UFF)

O presente trabalho pretende compreender de que maneira a crise restauracionista permitiu a alguns homens o acesso e veto a cargos da administração central na capital da colônia, centrando nos casos do governador-geral Antônio Telles da Silva e na efêmera nomeação e suspensão de Jerônimo de Burgos para o cargo de ouvidor-geral. A partir de uma análise da trajetória do referido governador-geral do Brasil, tem-se o objetivo de observar como se deu a consolidação de uma elite militar em uma elite cortesã. Mediante um exame da rápida nomeação de Jerônimo de Burgos, busca-se identificar quais eram os tipos de impedimentos impostos para que indivíduos viessem a ocupar cargos no Brasil (dentre eles, ser casado na localidade, não ter sido “lido no Desembargo do Paço”), e observar se eles eram diferentes ou semelhantes daqueles do reino (defeito mecânico e limpeza de sangue). Consta também, entre os objetivos da pesquisa, investigar até que ponto, com os referidos casos, foi possível “comprar” o passado e garantir o presente, seja com riquezas ou com uma boa rede de relacionamentos (fama pública).

Palavras-chaves: impedimentos; ascensão; cargos administrativos.

SUMÁRIO

Adriana Silva Santos.....	12
Alaíze Santos Conceição.....	28
Alda Quintino dos Santos.....	35
Alex de Souza Ivo.....	44
Ana Luiza Araújo Caribé de Araújo Pinho.....	43
Ana Paula de Albuquerque Silva.....	27
Antonie a d’Aguiar Nunes.....	08
Bruna Ismerin Santos.....	29
Bruno de Oliveira Moreira.....	34
Caio Figueiredo Fernandes Adan.....	31
Camila Barreto Santos Avelino.....	14
Carolina dos Anjos Nunes Oliveira.....	13
Caroline Lima Santos.....	45
Caroline Santos Silva.....	28
Dagson José Borges Santos.....	31
Daniele Santos de Souza.....	11
Danilo Ornelas Ribeiro.....	19
David Barbuda Ferreira.....	09
Elisa de Moura Ribeiro.....	32
Érica Lôpo de Araújo.....	49
Fabio Peixoto Bastos Baldaia.....	19
Fabricio Lyrio Santos.....	09
Frederick Oliveira Moraes.....	44
Gabriela Amorim Nogueira.....	37
Gennyson Silva Rosa dos Santos.....	25
Giovanna de Aquino Fonseca Araújo.....	18
Hebert Santos Oliveira.....	34
Idália Maria Tibiriçá Argôlo.....	36
Joceneide Cunha dos Santos.....	37
José Eudes Alves Belo.....	17
Karine Teixeira Damasceno	15
Larissa Almeida Freire.....	22
Leandro Dias dos Santos.....	25
Luciana da C. Brito.....	39

Luciana Pessanha Fagundes.....	41
Luciano Bastos Meron Neves.....	23
Lucimar Felisberto dos Santos.....	38
Maciel Henrique Carneiro da Silva.....	11
Maria Fernanda Oliveira Marques.....	07
Mariana Ellen Santos Seixas.....	21
Pablo Iglesias Magalhães.....	48
Poliana Cordeiro de Farias.....	26
Rafael Davis Portela.....	13
Rebeca C. de Souza Vivas.....	47
Ricardo dos Santos Batista.....	30
Rogério Barreto Santana.....	15
Ruan Levy Andrade Reis.....	14
Rute Andrade Castro.....	17
Ruydemberg Trindade Jr.	07
Sérgio Augusto Martins Mascarenhas.....	47
Sheyla Farias Silva.....	38
Solon Natalício Araújo dos Santos.....	07
Suzimar dos Santos Novais.....	42
Tatiana Sena.....	45
Tatiane Oliveira Cunha.....	21
Uelton Freitas Rocha.....	26
Vanderlei Marinho Costa.....	23
Vinícius Mascarenhas de Oliveira.....	32
Willan de Souza Januário.....	41